

# ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes

DESTAQUE



## 25 de Abril sempre! Viva o 1 de Maio



n.º 315 | maio 2023  
Trimestral | 0,6€



Respondendo ao Apelo da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 49.º aniversário do 25 de Abril, um mar de gente integrou-se no desfile que desceu a Avenida da Liberdade, em Lisboa. Como sempre, a APD fez parte desse mar de gente, desfilando em conjunto com a CNOD, Comissão Nacional de Organizações das Pessoas com Deficiência, e o CVI, Centro de Vida Independente. Também, as Delegações APD Chaves, APD Paredes, APD Braga, APD Castelo Branco e APD Leiria nos fizeram chegar informações sobre a sua participação nas Comemorações do 25 de Abril, demonstrando que esta data está nos corações das pessoas com deficiência, que guardam na memória o quanto o 25 de Abril contribuiu para que lhes fosse reconhecido o direito a viver com dignidade e em pé de igualdade com todas as outras pessoas. Infelizmente muitos dos direitos amplamente reconhecidos na Lei são sonegados na prática, sobretudo às pessoas mais pobres e mais vulneráveis, por falta de meios indispensáveis à efetivação de políticas públicas inclusivas. Identificar essas situações e as causas que as provocam, denunciá-las, atuar junto das instituições públicas e dos responsáveis políticos, informando-os, sensibilizando-os e propondo soluções, constitui a atividade permanente da APD e a sua razão de ser, como foi veementemente afirmado pelos dirigentes que intervieram no encerramento do 50.º aniversário da APD. Por isso, comemorar o 25 de Abril é, também reivindicar, porque uma sociedade democrática, justa e inclusiva constrói-se ou desconstrói-se conforme as opções de

políticas públicas e a capacidade de participação dos cidadãos, como diz o Apelo da Comissão Promotora das Comemorações.

A seguir ao 25 de Abril, o 1.º de Maio é outra data propícia a denunciar injustiças sociais e reclamar direitos: direito ao emprego, ao acesso à saúde, à educação, à cultura, à habitação; direito à acessibilidade para poder circular livremente, para poder comunicar, para poder participar na vida coletiva; direito à reforma, pensões e salários que permitam viver com dignidade.

Assim, mais uma vez, a APD esteve presente na Alameda D. Afonso Henriques, numa tenda gentilmente cedida pela CGTP, onde expôs cartazes e livros sobre os direitos humanos, distribuiu o Jornal Associação e folhetos de divulgação do desporto adaptado e, sobretudo, conviveu com muitas pessoas que se interessaram em conhecer melhor a causa das pessoas com deficiência. Foi aí que tivemos o imenso prazer de conhecer e conviver com a Comissão de Praxe e um grupo de caloiros do ISCAL (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa), tendo a Comissão de Praxe feito a entrega solidária de um contributo monetário destinado a ajudar ao financiamento da adaptação de uma carrinha para transporte de atletas da APD.

Em Maio recordamos, também, o centenário do nascimento do Eng. Jaime Filipe, figura ímpar que dedicou a vida a construir soluções de apoio técnico para pessoas com deficiência.

Centenário do nascimento do Engenheiro Jaime Filipe

p.2

APD lança campanha "Minuto Acessível"

p.3

Sessão de encerramento das comemorações dos 50 anos da APD

centrais

Boccia - Ouro, Prata e Bronze para Portugal em Zagreb

p.8



## CENTENÁRIO



Engenheiro Jaime Filipe

## Uma vida dedicada à investigação de soluções tecnológicas de apoio para a deficiência



### Celebra-se neste mês de maio o centenário do nascimento do Eng. Jaime Filipe, figura ímpar na Engenharia de Reabilitação e Tecnologias de Apoio para pessoas com deficiência.

Da sua autoria destacam-se o Sistema de Visão Tátil para cegos; o Músculo Eletromagnético (processo para acionamento de próteses de membros superiores e

inferiores); o elevador de cadeiras de rodas para escadas e a bengala eletrónica para cegos. Criou também o programa Novos Horizontes na RTP – Programa de

Inovação para pessoas com deficiência, onde iniciou a divulgação da Engenharia de Reabilitação em Portugal, bem como inovações e tecnologias de apoio para pessoas com deficiência.

Jaime Filipe defendia a formação e motivação para esta área no ensino superior em Escolas de Engenharia, Arquitetura e Medicina (neste caso no desenvolvimento da Bioengenharia). No campo da indústria, considerava que a produção nacional deveria ser internacionalizada, como acontecia na Suíça, Suécia ou Dinamarca. Também entendia como útil a criação de uma comissão de estudo da viabilização da Engenharia de Reabilitação em Portugal, com a organização de certames internacionais e a criação de cooperativas de produção, com operários e técnicos com deficiência, entre outras iniciativas.

Publicou vários artigos de natureza científica e técnica sobre Rádio, Televisão, Inventiva, Tecnologias e Engenharia de Reabilitação, sendo a maioria publicados na Revista Inventiva e nos Boletins do

CIDEF da Associação Portuguesa de Criatividade e na imprensa escrita. Há também inúmeros artigos de jornais com entrevistas relacionadas com a sua atividade inventiva e de inovação tecnológica para pessoas com deficiência. Jaime Filipe, em 1971, concluiu o curso de Eletrotécnica e Máquinas do Instituto Industrial de Lisboa, atualmente Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, o que lhe conferiu o título profissional de Engenheiro Técnico de Eletromecânica. Aderiu, como sócio fundador, à Associação Portuguesa de Inventores (API) em junho de 1970 e, em junho de 1974, criou o CIDEF – Centro de Inovação para Deficientes Físicos, especializado na área da Engenharia de Reabilitação, no âmbito do qual concebeu vários Produtos de Apoio para pessoas com deficiência, galardoados no Salão Internacional de Invenções de Genebra e no Salão Mundial de Invenções de Bruxelas.

Em maio de 1991, foi-lhe atribuído o grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito, pelos seus altos méritos pessoais e valor dos serviços prestados à comunidade.



## LEGISLAÇÃO

#### Portaria n.º 34/2023 de 25/01

Procede à atualização dos montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, do subsídio de funeral, da bonificação por deficiência do abono de família, do subsídio por assistência de terceira pessoa e reforça as majorações do abono de família nas situações de monoparentalidade;

#### Declaração de Retificação n.º 5/2023 de 2 de fevereiro

Retifica o Decreto-Lei n.º 82/2022, de 6 de dezembro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços;

#### Portaria n.º 38-A/2023 de 2 de fevereiro

Estabelece os termos e condições em que é efetuada a articulação interinstitucional, para efeitos de referenciação e acompanhamento de pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após a alta clínica, em hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através do recurso a um acolhimento temporário e transitório em resposta social;

#### Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-A/2023 de 3 de fevereiro

Altera a Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades;

#### Despacho n.º 1899-A/2023

##### de 7 de fevereiro - II série

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023;

#### Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado (OE) para 2023;

#### Portaria n.º 45-A/2023 de 10 de fevereiro

Estabelece um apoio financeiro de caráter complementar, excecional e temporário, mediante atribuição de subsídio de caráter eventual;

#### Declaração de Retificação n.º 7/2023 de 15 de fevereiro

Retifica a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o OE para 2023;

#### Portaria n.º 48/2023 de 15 de fevereiro

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios destinados às famílias;

#### Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A de 17 de fevereiro

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Aprova o modelo de educação inclusiva;

#### Portaria n.º 55/2023 de 1 de março

Aprova a regulamentação do Complemento Garantia para a Infância;

#### Decreto-Lei n.º 18/2023 de 3 de março

Regulamenta o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência;

#### Portaria n.º 66/2023 de 6 de março

Altera a Portaria n.º 1391/2009, de 17 de novembro, e cria o procedimento alternativo desmaterializado, ajustado à condição socioeconómica dos beneficiários do complemento solidário para idosos, que acautele o pagamento inicial do custo com a aquisição de medicamentos, nos termos do regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário para idosos;

#### Portaria n.º 75/2023 de 10 de março

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, que regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuidade das creches e creches familiares;

#### Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março

Estabelece medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação;

#### Portaria n.º 97/2023 de 31 de março

Procede à quinta alteração à Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes, e à primeira alteração à Portaria n.º 126/2018, de 8 de maio, que define as regras de prescrição, registo e disponibilização de resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e regula a faturação dos respetivos prestadores ao SNS;

#### Portaria n.º 104/2023 de 13 de abril

Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2023/2024;

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2023/A de 20 de abril

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Cria a medida RECONVERTER PRO, que visa o estímulo à reconversão profissional dos desempregados, através da promoção de estágios em contexto real de trabalho;

#### Decreto-Lei n.º 28/2023 de 28 de abril

Estabelece um regime de atualização intercalar das pensões.

EDITORIAL

## Reflexões à volta dos subsídios e prestações de miséria

Um dia destes fui presenteada pela Caixa de um supermercado com um pequeno presente para dar a uma criança. Comecei por recusar por não ter nenhuma criança a quem oferecer o presente, tendo o cliente mais próximo comentado: pois é, minha senhora, já ninguém tem dinheiro para criar uma criança! Acabei saindo com o presente e dei por mim a pensar no custo de criar uma criança. Já em casa pus-me a fazer contas: um litro de leite custa entre 0,81 e 1,43 euros; um pacote de farinha látea 4,99 euros; um pacote de 44 fraldas, marca branca, 8,5 euros; uma lata de leite em pó da marca Nestlé 12,54 euros. Com base nestes preços, considerando um consumo cuidadosamente controlado, chega-se a uma estimativa de um gasto mínimo, por criança, orçado em 236,74 euros por mês, valor bem superior aos 161,03 euros do abono de família para crianças até 36 meses, no 1.º escalão.

E se a criança for deficiente? Nesse caso há uma bonificação de 67,71 euros ou de 101,57 euros se a família for monoparental, fazendo subir o abono para 228,74 ou 262,6 euros, notoriamente valores insuficientes porque as crianças precisam de muitas outras coisas que não estão contempladas neste pequeno exercício.

E a PSI, prestação social para a inclusão? Este ano, devido à inflação, a PSI foi aumentada para 298,4 euros mensais, valor que continua muito aquém do necessário para cumprir os objetivos explicitados pelo Decreto-Lei 126-A/2017 que a criou, a saber, melhorar a proteção social das pessoas com deficiência, promover o combate às situações de pobreza, fomentar a participação social e laboral e contribuir para autonomização das pessoas com deficiência. Esta crítica não visa desvalorizar a PSI, porque o conceito que a sustenta representa um avanço na dignificação das pessoas com deficiência e pode ser um contributo para quem auferir de outros rendimentos, desde que o grau de incapacidade não seja inferior a 80% porque se o grau atribuído estiver entre 60 e 80% a atribuição da PSI está sujeita a diversos condicionalismos.

Mesmo quando a pessoa com deficiência recebe integralmente a PSI é bom que não surjam precalços, pois, por exemplo, se a pessoa precisar de requerer um serviço de transporte não urgente para efetuar uma consulta ou exame médico, terá de pagar pelo menos entre 120 e 180 euros, numa ida e volta. Põe-se, então, a pergunta, porquê o miserabilismo da Segurança Social na atribuição de ajudas pecuniárias? Porque o conceito de pobreza utilizado na fundamentação dessas ajudas a pessoas com deficiência continua eivado de ultrapassados princípios meramente caritativos que não incorporam os princípios básicos dos Direitos Humanos. Senão, vejamos: O IAS (Indexante de apoios sociais), que serve de base de cálculo para essas ajudas e foi criado em 2006, atualmente tem o valor mensal de 480,43 euros quando o valor estimado para o limiar de pobreza é de 551 euros mensais. Mas se compararmos o IAS com o Salário Mínimo (SM) a situação piora. Reajustando o SM a 12 meses, em 2007, o SM foi de 470,2 euros e o IAS de 397,86 euros; em 2023, temos o SM a 886,7 euros enquanto o IAS, como já referimos, está em 480,43 euros; ou seja, em 2007, o IAS valia 84,6% do SM e, em 2023, o IAS passou a valer 54,2% do SM; consequentemente, **de 2007 a 2023, o IAS em relação ao SM, sofreu uma desvalorização de 64%! Para quê mais palavras?**

Helena Rato



## Minuto Acessível

apd.org.pt

A Associação Portuguesa de Deficientes, no âmbito de um projeto submetido ao INR, encontra-se a desenvolver uma Campanha Digital de Sensibilização intitulada “Minuto Acessível” centrada no direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e nos obstáculos que enfrentam diariamente para a sua concretização.

A campanha será composta por 30 episódios com duração de cerca de um minuto com a participação de pessoas com diversos tipos de deficiência. Ao longo dos 30 episódios serão retratados

diversos assuntos no âmbito da acessibilidade, a título de exemplo: Desenho para todos, acesso à cultura, produtos de apoio na educação, acessibilidade aos media, rampas de acesso e parques infantis acessíveis.

O lançamento da Campanha com a apresentação de um episódio piloto será no dia 30 de maio no Auditório M da Fundação Montepio.

A partir de dia 1 de junho damos início à Campanha Digital de Sensibilização, com a publicação de um episódio diário até 30 de junho, às 13h, no canal da APD no Youtube.



## NOTÍCIAS

### Comissão Europeia Social e Económica As pessoas com deficiência morrem 10 a 20 anos mais cedo

Na União Europeia (UE), as pessoas com deficiência morrem entre 10 a 20 anos mais cedo do que o resto da população e a causa é a inacessibilidade aos cuidados de saúde.

A denúncia parte da Comissão Europeia Social e Económica (CESE), resultado das conclusões de uma audição organizada pelo Grupo Permanente sobre os direitos das pessoas com deficiência da CESE, realizada no passado dia 7 de março, onde foram apresentados os resultados de diversos estudos que demonstraram cabalmente as discriminações no acesso aos cuidados de saúde. Algumas das principais causas apresentadas são a falência dos sistemas públicos de saúde, a falta de transportes e de serviços de saúde acessíveis, a impossibilidade das pessoas com deficiência arcarem com os

custos exorbitantes dos tratamentos pelas falhas dos sistemas de saúde pública e a impreparação dos profissionais de saúde. Relembrando os compromissos da UE e dos Estados Membros, decorrentes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como a urgência de se cumprir a Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, o Grupo Permanente apelou a uma utilização eficaz dos Fundos Europeus e à possibilidade dos Estados Membros poderem utilizar os Fundos de Coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para modernizar e melhorar o acesso aos cuidados de saúde, devendo prestar particular atenção ao fortalecimento dos cuidados primários e à ação sobre os determinantes sociais da saúde.

## Apelo aos sócios da APD



Queridos sócios, a APD e o jornal Associação precisam da vossa ajuda para continuar a defender os direitos das pessoas com deficiência. Assim, apelamos para que façam a regularização das quotas e a atualização dos dados pessoais.

. O pagamento de quotas é um ato simbólico de pertença à Associação – o que por si só é já muito importante – mas é também uma ajuda fundamental para a APD prosseguir a sua atividade.

. A atualização de dados é essencial para a divulgação das atividades e iniciativas da APD. Contacte-nos!

### Participe na Vida Associativa da APD

www.apd.org.pt / info-sede@apd.org.pt / T 213 889 883

Atualize as suas quotas IBAN: PT50 0035 0675 0003 2886 4308 1

## CENTRAIS

## Encerramento das Comemorações

# 50 anos em defesa dos direitos



No início da sua intervenção, Gisela Valente pediu um minuto de silêncio em homenagem à memória de todos os dirigentes e sócios que ajudaram a construir a APD, personificando-os na figura do Dirigente Fernando Maurício. Honraram a APD, com a sua presença, deputados da AR, dirigentes de organizações de e para Pessoas com Deficiência, dirigentes sindicais e de outras organizações defensoras dos Direitos Humanos, diversas personalidades solidárias com a APD, membros das Direções Regionais e Locais e sócios e amigos da APD.

#### Intervenção Gisela Valente

Fazendo o historial da APD, Gisela Valente disse: "Foi precisamente há 51 anos, no dia 14 de Abril de 1972 que a APD foi fundada por pessoas com deficiência, determinadas a conquistar direitos... A APD é uma Instituição de Utilidade Pública desde 26 de setembro de 1978, que tem a especificidade de promover e defender todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Todo este trabalho acontece devido à sua estrutura Nacional, mas também ao trabalho local, através das seis delegações distritais: Braga, Porto, Castelo Branco, Leiria, Évora e Setúbal, das 10 delegações locais: Amarante, Amadora, Cascais, Chaves, Figueira da Foz, Paredes, Seixal, Sintra, S. Miguel na região autónoma dos Açores e uma Delegação Regional na Madeira. Edita trimestralmente o Jornal Associação, com uma tiragem superior a 15.000 exemplares, que constitui um elo de ligação com milhares de associados a nível nacional. AAPD orgulha-se, também, de ter sido pioneira na criação de uma escola de desporto adaptado em Portugal. Recentemente, Portugal consagrou-se campeão europeu e mundial em andebol em cadeira de rodas, sendo que a maioria desses atletas são da APD". O ênfase da intervenção da presidente da APD centrou-se na denúncia das discriminações que ainda afligem as

No dia 14 de abril, a Direção Nacional da APD encerrou as Comemorações do 50.º Aniversário, com uma sessão solene realizada no Auditório António Almeida Santos da Assembleia da República.

A sessão foi iniciada com um momento cultural, protagonizado pelo Coro Lopes Graça. Seguiram-se intervenções de Gisela Valente, presidente da Direção Nacional da APD, Joaquim Cardoso, na qualidade de sócio fundador da APD, Jorge Gouveia, em nome da CNOD e Ana Sezudo, presidente da Mesa da Assembleia Geral da APD.

# das pessoas com deficiência

peças com deficiência, pelo facto da legislação que lhes atribui e assegura direitos não estar a ser cumprida. Neste âmbito, lembrou aos presentes que continuamos a não ser um país acessível, condenando muitas pessoas com deficiência a uma permanente situação de confinamento; que a situação de infoclusão de muitas pessoas com deficiência é particularmente preocupante quando se acelera a transição para o digital; que as gritantes insuficiências de acessibilidade nos transportes públicos criam graves problemas no acesso a bens e serviços essenciais como a saúde, o emprego, a educação, a formação profissional, a cultura; que a escola inclusiva para todos continua a ser uma utopia, perpetuando-se as condições que conduzem a baixas qualificações de muitos jovens com necessidades educativas especiais; que o acesso das pessoas com deficiência aos cuidados de saúde continua a sofrer de muitas limitações devido às dificuldades de transporte, taxas moderadoras, listas de espera, custo dos medicamentos e de outros produtos de tratamento; na área da saúde, Gisela Valente afirmou, também, que a falta de coordenação entre as unidades de prevenção, de tratamento e de recuperação obriga as pessoas com deficiência e suas famílias a efetuarem inúmeras deslocações e visitas a instituições, enquanto aumenta o tempo de espera entre os diversos tipos de intervenção médica e a atribuição de ajudas técnicas.

A presidente da APD lembrou ainda a escandalosa questão do atraso na atribuição de atestados de incapacidade multiuso, o enorme défice de acesso ao desporto adaptado e as insuficiências do Modelo de Apoio à Vida Independente. Relativamente à Prestação Social de Inclusão (PSI), embora reconhecendo tratar-se de um inegável progresso, afirmou que o valor da PSI continua muito baixo, não garantindo a subsistência das pessoas.

Antes de terminar, Gisela Valente criticou diversas falhas das políticas públicas para a deficiência, designadamente, insuficientes dotações orçamentais para a política de inclusão das pessoas com deficiência, tanto ao nível global como setorial, opacidade dos procedimentos burocráticos na aplicação da legislação e a desarticulação entre os diversos serviços públicos, tendo lançado um preocupante alerta para "a tendência à redução de direitos das pessoas com um grau de incapacidade inferior a 80%", dando como exemplos a recente Lei sobre a antecipação da reforma e os limites à prestação social para a inclusão impostos aos trabalhadores com deficiência.

Por último, a Presidente defendeu a criação de um Órgão de Consulta permanente, na dependência do Conselho de Ministros, constituído por organizações de pessoas com deficiência e que o financiamento das ONG de pessoas com deficiência deve corresponder às suas reais necessidades. Finalizou reiterando o compromisso da APD para com as pessoas com deficiência.

## Intervenção de Ana Sezudo

Depois de saudar a coragem dos fundadores da APD por conseguirem afirmar a ideia básica de que as pessoas com deficiência não precisam da caridade pública, mas do reconhecimento de direitos humanos, recusando liminarmente os conceitos assistencialistas, quando ainda imperava o sistema repressivo do Estado Novo, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APD afirmou:

"A Associação foi criada com um estatuto absolutamente independente, hoje definido como uma Organização Não Governamental, e assim se manteve até ao presente. Estatuto particularmente importante, porque só assim consegue manter-se fora das influências dos poderes instituídos e garantir a absoluta defesa dos direitos das pessoas com deficiência".

Subsequentemente, Ana Sezudo centrou a sua intervenção relembrando

o indelével e importante contributo da APD para a aprovação em Portugal de três instrumentos legislativos que estruturam e consagram os direitos das pessoas com deficiência, designadamente, a Lei Anti-discriminatória (Lei 46/2006 de 28 de Agosto), que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência, a Convenção sobre o Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi assinada pelo Governo Português em 2007 e ratificada pela AR em 2009, o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto (que revogou o anterior 123/97 de 22 de Maio), onde foram definidas as normas técnicas de acessibilidades. Reconhecendo que muitos dos direitos consagrados na

legislação não são efetivos na prática por défice de vontade política, Ana Sezudo reafirmou a determinação da APD em continuar a reivindicar soluções para as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam no quotidiano e terminou a sua intervenção dizendo:

"Não nos parece que falte legislação adequada a este efeito. Falta é a regulamentação necessária e o cumprimento da mesma. Por isso continuaremos, também, a denunciar todas estas anomalias e atropelos, pugnando sempre pelos Direitos das Pessoas com Deficiência".

## Intervenção de Jorge Gouveia

Jorge Gouveia, membro da Direção Executiva da Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência (CNOD), depois de saudar a Associação Portuguesa de Deficientes, considerando a sua fundação um marco histórico na luta pelos direitos das pessoas com deficiência por uma sociedade inclusiva, salientou a singularidade da

APD por representar todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de deficiência, causa ou origem da mesma e ter estado envolvida em todos os processos que potenciaram o progresso legislativo e social na área da deficiência, em Portugal.

Concretizando aspectos relevantes da intervenção da APD, Jorge Gouveia lembrou que a APD ajudou a fundar a CNOD e destacou a sua ação no âmbito do

desporto adaptado, afirmando: "A APD tem uma escola de desporto adaptado, promovendo o desporto das pessoas com deficiência em várias modalidades como o basquetebol em cadeira de rodas, a natação, o atletismo, ténis de

mesa, entre outras modalidades. A recente exclusão arbitrária da APD do programa "Desporto para todos" pelo IPDJ, coloca em causa o trabalho da inclusão das pessoas com deficiência através do desporto".

Salientando o papel fundamental do Movimento Associativo ligado à deficiência para a concretização do desejo de uma sociedade mais justa, Jorge Gouveia apelou à unidade de ação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, terminando a sua intervenção com o seguinte alerta: "O Movimento Associativo das pessoas com deficiência tem visto a sua actuação manietada pela ameaça e concretização das estratégias de asfixia financeira impostas pelos organismos estatais, que tendem a orientar a atuação do Movimento Associativo dentro de limites estabelecidos por esses organismos. Esta é uma situação inaceitável, já que é o Movimento Associativo que tem o conhecimento de quais as áreas que necessitam de maior intervenção e de que forma a mesma deve ser efectuada".

**"os fundadores da APD conseguiram afirmar a ideia básica de que as pessoas com deficiência não precisam da caridade pública, mas do reconhecimento de direitos humanos"**



## TESTEMUNHO



Após a crise de 2008, ressurgiu abundante retórica oriunda dos poderes, referente à inclusão, retomando os discursos vagos, mistificatórios, hipócritas, vestidos de farsa indutora de ilusões, que deslumbraram dirigentes e ONG'S/DP. A catastrófica crise provocada pela pandemia, agravada pela desconstrução da impostura histórica do neoliberalismo, cuja verdadeira face sinistra apareceu nesta desventurada guerra «crime da humanidade, contra a humanidade». Os ideais humanistas, libertadores, foram sufocados, traídos, emergindo as concepções imperialistas ocultas, mas aspiradas pelos capitalismos, sedentos de poder, riqueza, território, recursos, obliterando os amargos padecimentos dos povos. Este vendaval desvairado de retrocesso atirou-nos para todas as trevas ancestrais, agravou todos os perigos, renegou todos os direitos, ameaçou a sobrevivência da humanidade.

Que lugar para a inclusão, neste «tenebroso cenário»? «terá sido um sonho lindo que morreu?» Houve quem prevenisse sobre a revogação unilateral da Declaração Universal dos Direitos Humanos! Poucos ouviram, ou fingiram não ouvir, aturdidos por venenosas intoxicações, mas as brutais consequências são, agora: pavorosas, imprevisíveis, realidade trágica.

A democracia é teatro onde personagens representam a farsa da defesa dos direitos humanos, quando congeminam, infringindo as regras éticas, aventuras belicistas, agressões crudelíssimas, vilipêndios à dignidade da pessoa humana, embora tal subversão não haja sido detectada; esta é a causa oculta da estagnação planificada, pelos inimigos, do processo incluyente.

Esta estratégia desumana explica o conturbado processo atribulado, em Portugal. Aprovaram-se leis... quais, quando foram regulamentadas? Para iludir, o atual governo usa o argumento dos 180 dias; se houvesse proibidade, novembro 1989 (lei 9/89), fevereiro 2005 (lei 38/2004) teriam sido regulamentadas; alguém conhece os decretos regulamentadores? Fabuloso

## APD - 50º Aniversário História Singular

– 4ª Parte

artifício... Que dizer dos procedimentos legais praticados?

Quantos obstáculos foram erguidos, à margem da legalidade, à APD: intromissão, através da obstinada imposição de estatutos excludentes; rejeição das dezenas de propostas apresentadas; culminando na renegação do direito ao diálogo/participação; ignorando o 50º aniversário da APD, revelaram: suprema hipocrisia; evidente menosprezo dos modelos humanistas – erguer a sociedade inclusiva.

Lutámos, durante 50 anos; lutaremos quantos forem precisos; jamais abdicaremos dos nossos princípios: transparência, proibidade, igualdade, inclusão...

Suportámos incompreensões, solidões, mas não sucumbimos a falsas ilusões, não trocámos princípios por favores; recusámos/recusaremos corrupção.

Nos pretéritos, nos próximos 50 anos, mereceremos a confiança dos nossos representados...

Como fomos, como somos, como seremos: «fortaleza da inclusão!» Pilares intransigentes de todos os direitos humanos; defensores, sejam quais forem os sacrifícios, da dignidade das pessoas com deficiência; guardiões inabaláveis do ideal luminoso: «construir a sociedade inclusiva!»

Este projeto é imprescindível na lenta, mas segura consecução do edifício inclusivo, cuja construção será impossível à margem das Organizações representativas, genuínas, democráticas, transparentes, das pessoas com deficiência.

Às lutas futuras intensas, fortes, lícitas/pacíficas, porventura na rua, - casa dos pobres - é imperativo acrescentar a exigência de paz, urgente, imediata, requisito essencial da construção da sociedade inclusiva, «ideal libertador da humanidade!»...

50 anos são passados! Muitas derrotas, curtas vitórias, intrépida resistência, intensa proclamação dos princípios éticos, gênese de indefectível confiança! Agora, prosseguiremos celebrando o 50º aniversário da Gloriosa Revolução de Abril, essa porta libertadora que sustenta o sonho! «construir a sociedade inclusiva!» Lugar do Homem, pilar da luminosa dignidade humana...

Joaquim Cardoso, Sócio Fundador da APD, n.º 22 DDE/APD

## Movimento Democrático de Mulheres (MDM)

### Uma voz ativa na defesa dos direitos das mulheres com deficiência

O MDM é um movimento com mais de 50 anos que sempre lutou pela igualdade e pelos direitos das Mulheres, com a preocupação de abranger no seu trabalho os direitos e as reivindicações próprias das mulheres com deficiência. A abertura deste espaço voltado para as mulheres com deficiências, no jornal da APD, é um grande passo para a dar visibilidade àquelas que vivem sob olhares incrédulos quanto às possibilidades do seu futuro de vida. No passado mês de outubro o MDM realizou o seu 11º Congresso em cuja resolução equacionámos a realidade das mulheres com deficiência, com dados que nos permitam embasar o nosso trabalho nesta área.

Facto é que, sempre que falamos com mulheres com deficiência e com as organizações representativas das pessoas com deficiência, ficamos com a percepção de que as mulheres sofrem uma dupla discriminação. Das conversas que fomos tendo, no âmbito de jornadas realizadas em 2017, retirámos que há uma clara desvantagem das mulheres com deficiência no que respeita às suas possibilidades de inserção no trabalho, na vida quotidiana, no exercício de direitos, nomeadamente relacionados com a saúde sexual e reprodutiva. Constatámos as dificuldades, mas também a iniciativa e a coragem de muitas que as suplantaram.

No âmbito da família, são normalmente as mulheres que carregam o maior peso dos cuidados com as pessoas com deficiência, e a participação social e cívica das mulheres com deficiência é em geral menor por motivos relacionados com a mobilidade e as condições de saúde, mas também pela presença de estigmas, estereótipos e medos quer das próprias quer das famílias e a sociedade está longe de criar as condições para que elas tenham uma vida autónoma e respeitada.

Da parte das famílias há uma tendência para a superproteção da rapariga/mulher com deficiência não a deixando frequentar formações ou ir para algum trabalho por medo

de eventuais abusos. Neste campo percebe-se uma grande diferença de atitude para com raparigas e rapazes, homens e mulheres.

As mulheres com deficiência são muitas vezes arredadas da vida social que, pelos diversos problemas que enfrentam, as tornam invisíveis e as remetem para um silenciamento e um isolamento forçados. Isto tem a ver com algumas questões individuais, mas também com heranças culturais, heranças políticas e históricas da forma como as pessoas com deficiência eram tratadas, escondidas até. As pessoas com deficiência, nomeadamente intelectual, não eram levadas em conta, não sendo relevantes as suas necessidades físicas e psicológicas, bem como as dos seus cuidadores. No nosso país, muitas raparigas e mulheres com deficiência vêem-se quase obrigadas a permanecer inativas, ficando muitas vezes em casa ou em instituições, realizando trabalho doméstico ou outros não remunerados, sustentada apenas por uma prestação social que, na maioria dos casos, não controlam ficando esta sob controlo dos cuidadores que lhe atribuem uma mesada, quando o fazem. Nesta fase em que está em curso a implementação da Estratégia Nacional para a Deficiência é muito importante a colaboração de uma organização como o MDM, a APD e outras pois esta Estratégia traça objetivos também na área da igualdade de género, dos direitos sexuais e reprodutivos, da violência sobre as mulheres, das doenças profissionais incapacitantes e, esta experiência pode abrir caminho a uma igualdade na vida de todas nós mulheres.

Ao aproximar-se o 50º aniversário da Revolução de Abril há que unir esforços na aplicação dos direitos das mulheres com deficiência consignados na Constituição da República Portuguesa e na vasta legislação nacional e internacional e exigir na vida os direitos já consagrados.

Margarida Lopes e Regina Marques  
Membros da Direção Nacional do MDM



## NOTÍCIAS

### APD Braga na Quinta Pedagógica

Dia 2 de maio, a APD Braga levou os seus sócios à Quinta Pedagógica de Braga. A iniciativa contou com uma aula para aprender a fazer sabonetes à base de glicerina e de flores de alfazema e terminou com uma visita de cerca de 2 horas à Quinta Pedagógica de Braga.

### Notícias da APD Castelo Branco

A 21 de janeiro, a APD Castelo Branco, representada pelo seu Presidente, Raul Pereira, participou na Gala do 55º aniversário do CCD Estrela do Zêzere da Boidobra, procedendo à entrega de um prémio pela ocasião.

Esta delegação esteve também presente na Sessão Solene do Encerramento das Comemorações dos 50 anos da APD no Auditório Almeida Santos na Assembleia da República.

No dia 15 de abril, representada pelo seu presidente, Raul Pereira, e diretora, Fabiana Pereira, participou ainda na cerimónia de entrega de contratos programa, no Auditório Municipal da Covilhã, no âmbito do regulamento de apoio ao associativismo.

### «Põe o meu boné» foi a Palmela



No passado dia 2 de abril, a APD esteve na Biblioteca Municipal de Palmela, onde apresentou o seu livro «Põe o meu boné». Esta foi uma ação de sensibilização sobre a temática da inclusão, no âmbito do Dia Internacional do Livro e do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo.

### APD e a Willeasy juntas pela mobilidade

A APD e a Willeasy (Startup Inovadora com Vocação Social que desenvolve soluções tecnológicas, sediada em Itália) firmaram uma parceria no projeto #VoxPop, programa cofinanciado pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através da Iniciativa Urbana Europeia, que visa identificar e implementar soluções inovadoras para o desenvolvimento da mobilidade urbana acessível e inclusiva na zona de Lisboa.

### APD Lisboa participa no Projeto Ruído



No passado dia 2 de abril, a APD esteve presente na iniciativa do Projeto Ruído onde se assinalou a defesa pela Paz e pelo direito à prática desportiva e o acesso de todos ao desporto. Para além da demonstração de basquetebol em cadeira de rodas feita pela equipa da APD Lisboa, houve também um torneio de futsal, um almoço com concerto, prova de atletismo e demonstração de dança hip hop!

### Parceria entre APD e Spaces4All Um contributo para a acessibilidade



A APD é parceira no Projeto Spaces4All, uma solução digital concebida para ajudar pessoas com deficiência visual, auditiva e motora a explorar com segurança os espaços públicos urbanos em Lisboa.

A aplicação apoia e acompanha o movimento dentro de espaços públicos, utilizando a navegação GPS e um software de acessibilidade visual, tornando a navegação dos utilizadores mais fácil e segura pela cidade. Dá especial ênfase ao acesso a espaços públicos urbanos, como jardins, parques e cemitérios, permitindo que se desfrute da dimensão cultural desses lugares. A solução digital verifica e constrói a acessibilidade a estes locais públicos urbanos, com foco no apoio às pessoas com deficiência.

O projeto "Spaces4All" já tem página na internet e presença no Instagram e Facebook.

### 25 de Abril nas delegações

#### APD Braga comemora o 25 de Abril com demonstração de BCR

Inserido nas Comemorações do 25 de Abril, alguns atletas da equipa de BCR da APD Braga brindaram a cidade com uma demonstração de Basquetebol em Cadeira de Rodas, onde todos os que quiseram puderam partilhar a experiência de praticar a modalidade com elementos da equipa.

A iniciativa foi um sucesso! Obrigado a todos os que participaram e assistiram.

#### APD Leiria nas comemorações do 25 de Abril da Marinha Grande

Reconhecida como um marco na história de Portugal, a data de 25 de abril é celebrada anualmente como o Dia da Liberdade em vários pontos do país e conta com desfiles, concertos, discursos políticos e homenagens aos heróis da revolução.

Também na Marinha Grande se celebrou o 25 de Abril de 1974, com participação de milhares de pessoas em atividades organizadas pelo Município e Instituições.

A APD Leiria fez-se representar pela Presidente Maria José Santos Ruivo.

#### Caminhada inclusiva assinala o 25 de Abril em Chaves



A APD Chaves participou numa caminhada inclusiva inserida nas comemorações do 25 de Abril promovidas pela Câmara Municipal de Chaves e pela Wildfun, que contou também com a presença da APD Paredes, seguindo-se depois um almoço convívio entre todos os cerca de 60 participantes.

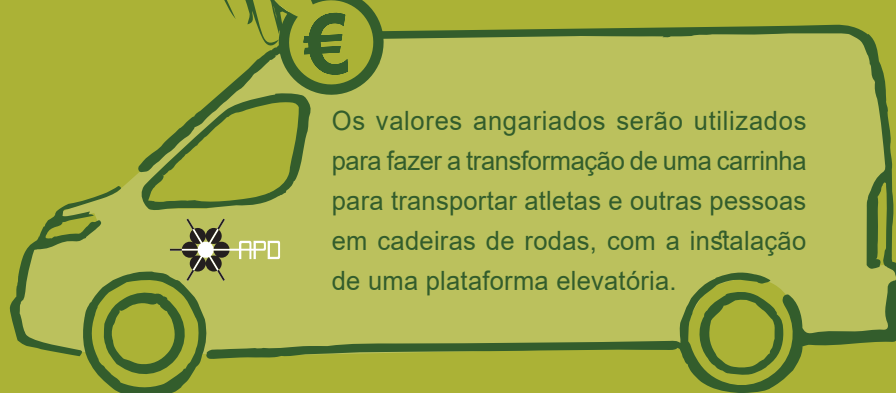
#### APD Castelo Branco nas comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio



A APD Castelo Branco, esteve presente nas comemorações do 1 de Maio, Dia do Trabalhador na Covilhã e, representada pelo seu presidente, participou nas comemorações do 25 de Abril, Dia da Liberdade, na Vila do Carvalho.

Viva o 25 de Abril! Fascismo nunca mais!

## Campanha Solidária



Os valores angariados serão utilizados para fazer a transformação de uma carrinha para transportar atletas e outras pessoas em cadeiras de rodas, com a instalação de uma plataforma elevatória.

**Carrinha para os Atletas da APD MBWAY 932 653 010**

**IBAN: PT50 0035 0675 0004 7968 4302 2 / envio do comprovativo com a referência CAMPANHA SOLIDÁRIA para info-sede@apd.org.pt**

# Contribua com 0,5% do seu IRS

# Ajude a APD sem custos

Preencha o quadro 11 do Modelo  
3 da sua Declaração de IRS

Associação Portuguesa de Deficientes  
NIF: 501129430



## DESPORTO



### Seleção Nacional de ACR ganhou prémio “Desporto Adaptado” na 26ª Gala da Confederação do Desporto

A Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas e o seu Seleccionador, Danilo Ferreira, foram galardoados na 26.ª Gala da Confederação do Desporto de Portugal, que decorreu em fevereiro no Casino Estoril. A equipa portuguesa que tocou o céu ao sagrar-se Campeã do Mundo e da Europa, arrecadou o troféu “Desporto Adaptado”. Danilo Ferreira, timoneiro que conduziu Portugal a essa inédita e histórica conquista, foi distinguido com o prémio “Personalidade do Ano”.

### BCR como forma de inclusão em Braga



A 26 de abril, respondendo ao convite do Centro Escolar de Prado, o treinador e alguns atletas da APD Braga juntaram-se aos mais novos numa ação de sensibilização / consciencialização, usando o Basquetebol em Cadeira de Rodas como forma de inclusão. Obrigado a todos os envolvidos.

### Boccia Ouro, Prata e Bronze para Portugal em Zagreb



Entre os dias 27 de março e 1 de abril realizou-se, na capital da Croácia, o “Zagreb 2023 World Boccia Challenger”. Nesta que foi a primeira prova internacional do ano 2023, destaca-se a conquista de cinco medalhas por parte dos representantes de Portugal – uma de ouro, uma de prata e três de bronze. A Equipa BC1/2, composta por André Ramos, Cristina Gonçalves e David Araújo, conquistou a medalha de ouro. O Par BC3, composto por Ana Sofia Costa e José Abílio Gonçalves

(com os respetivos Operadores de Calha, Celina Lourenço e Paulo Correia) conseguiu a medalha de prata. José Abílio Gonçalves e Paulo Correia conseguiram duas medalhas de bronze pelo terceiro lugar na vertente individual. Em BC1, individual, André Ramos e Cristina Gonçalves conquistaram medalhas de bronze. Por fim, é de referir que Rita Patrício (em BC1 femininos) e Domingos Vieira (em BC4 masculinos) alcançaram o quarto lugar na respetiva competição individual.



### ACR - Ano perfeito para as equipas da APD

As fases finais de andebol em cadeira de rodas estão a chegar e, até agora, a época tem sido perfeita, uma vez que as três equipas da APD conseguiram a qualificação para todas as provas em ACR4 e em ACR6, sejam do campeonato nacional, sejam da Taça de Portugal. Destaque óbvio para a equipa da Figueira da Foz que, sendo a equipa mais inexperiente

da modalidade, ainda assim conseguiu este ano, pela primeira vez, a qualificação inédita em todas as vertentes. O favoritismo, claro, vai para as equipas de Porto e Leiria, dominadoras nas últimas temporadas... mas a Figueira da Foz, assim como o Clube Naval Setubalense, terão ainda uma palavra a dizer.



## AGENDA

APD Braga

### Plano de Atividades

#### Snagolfe - Atividade Golf Adaptado

3.ª feiras, período da manhã, Pavilhão de Frossos.

#### Grupo Trabalhos Manuais

Primeira 3.ª feira de cada mês, das 14h30 às 15h30, na Sede APD Braga.

#### Chá com Leituras

Segunda 3.ª feira de cada mês, período da tarde, na Sede APD Braga.

#### Atelier de Costura

De duas em duas semanas, às 5.ªs feiras, no Atelier D. Lurdes, CC Granjinhos.

#### Conversas Abertas / Apresentação e

possível indicação de solução de problemas de acessibilidade na cidade de Braga

Terceira 6.ª feira dos meses de maio, junho e julho, das 14h30 às 15h30, na Sede APD Braga.

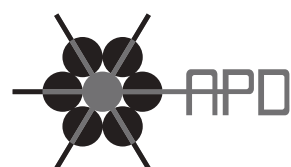
Contactar 253 275 959 / info@apdbraga.pt no início de cada mês para ter acesso às atividades pontuais.

APD Amadora

### Passeio Convívio às Caldas da Rainha, Nazaré e Salinas de Rio Maior



No próximo dia 27 de maio, a APD da Amadora propõe aos seus sócios um Passeio Convívio às Caldas da Rainha, ao Sítio da Nazaré e às Salinas de Rio Maior. A saída é da Praceta Bento Moura de Portugal (Junto à Associação), na Venda Nova, às 7h00, com regresso previsto para as 19h00. O Custo desta iniciativa para sócios é de 15€ ou de 25€ com almoço, e para não sócios de 20€ ou de 30€ com almoço. Inscrições abertas na sede ou pelos telefones 214 750 230 e 935 857 683.



**ASSOCIAÇÃO**

Diretora Helena Rato | Propriedade, Redação, Edição e Publicidade APD - Associação Portuguesa de Deficientes  
Largo do Rato 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, NIF 501 129 430, Registo ICR 105 717 | Redação, Design e Paginação  
Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias Lda. - R. Bernadim Ribeiro 4, 2760-016 Caxias | Impressão Gráfica Funchalense - R. Capela da Nossa  
Senhora da Conceição 50 - Morelena / 2715-028 Pêro Pinheiro | Assinatura anual (4 meses: 2€) Depósito Legal 2667/89 | Tiragem 13 500 exp.  
Estatuto Editorial: [www.apd.org.pt/comunicacao/jornal-apd](http://www.apd.org.pt/comunicacao/jornal-apd)



PORTE  
PAGO